



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

ACÓRDÃO Nº 7.141

NATUREZA DO FEITO:

Processo nº 14.814.2003-52-TCE.

ASSUNTO:

Prestação de Contas da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, exercício de 2002.

RESPONSÁVEL:

Senhor Francisco Ferreira de Vasconcelos.

RELATOR:

Conselheiro José Augusto Araújo de Faria.

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Alteração do subsídio dos vereadores no curso da legislatura. Despesa indevida e ilegítima. Pagamento sem justificativa a dois vereadores. Irregularidade. Condenação. Devolução. Aplicação de multa. Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) considerar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, exercício orçamentário e financeiro de 2002, de responsabilidade do Senhor Francisco Ferreira de Vasconcelos – Presidente à época, com fulcro nas alíneas “b” e “c”, inciso III, do art. 51 e art. 54, ambos da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face de a análise técnica complementar de fls. 286 a 288, ter concluído que ocorreu alteração do subsídio dos vereadores no curso da legislatura, contrariando o *caput*, do inciso VI, do art. 29 da CF/88, ocasionando uma despesa indevida e ilegítima, da ordem de R\$ 26.399,99 (vinte e seis mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), bem como o pagamento sem justificativa a dois vereadores, no montante de R\$ 893,21 (oitocentos e noventa e três reais e vinte e um centavos); **2) por maioria, condenar** o Senhor Francisco Ferreira de Vasconcelos a devolver a quantia de R\$ 27.293,20 (vinte e sete mil, duzentos e noventa e três reais e vinte centavos), aos cofres municipais, devidamente atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, de tudo dando ciência a este Tribunal; **3) aplicar multa** ao gestor, com fulcro no art. 88 da Lei Orgânica deste Tribunal, no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do dano causado ao erário. **Vencidos em parte** os Conselheiros Antonio Jorge Malheiro e Antonio Cristovão Correia de Messias que votaram pela não devolução do valor da condenação por já haver decisão neste sentido. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Presidente Ronald Polanco Ribeiro

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 10 de fevereiro de 2011.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Presidenta do TCE/ACRE, em exercício.

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do M.P.E/TCE/ACRE.

Av. Ceará, 2994, Jardim Nazle – Rio Branco – Acre – Cep.: 69.907-000
Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br